



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**SILAS RAFAEL NASCIMENTO FÉLIX**

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E O COOPERATIVISMO COMO  
POLÍTICA DESENVOLVIMENTISTA DE TRANSFORMAÇÃO  
SOCIAL.**

Salvador  
2022

**SILAS RAFAEL NASCIMENTO FÉLIX**

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E O COOPERATIVISMO COMO  
POLÍTICA DESENVOLVIMENTISTA DE TRANSFORMAÇÃO  
SOCIAL.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de ciências econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito final à obtenção de colação de grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Área de concentração: Economia Política e do Desenvolvimento.

Orientador: Professor Dr. Nuno Jorge Rodrigues Teles Sampaio

Salvador  
2022

F316

Félix, Silas Rafael Nascimento.

Economia solidária e o cooperativismo como política desenvolvimentista de transformação social./ Silas Rafael Nascimento Félix. - - Salvador, 2020.

51 f.; il.; graf.

TCC (Graduação) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Economia. Orientador: Prof. Dr. Nuno Jorge Rodrigues Teles Sampaio.

1. Economia solidária. 2. Teoria desenvolvimentista. 3. Brasil - cooperativas. 4. Cooperativas agropecuárias. I. Universidade Federal da Bahia. II. Sampaio, Nuno Jorge Rodrigues Teles. III. Título.

CDD: 362.042 981

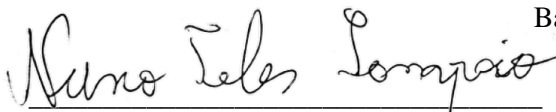
**SILAS RAFAEL NASCIMENTO FÉLIX**

**ECONOMIA SOLIDÁRIA E O COOPERATIVISMO COMO  
POLÍTICA DESENVOLVIMENTISTA DE TRANSFORMAÇÃO  
SOCIAL.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de ciências econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito final à obtenção de colação de grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

Aprovado em: 06 de julho de 2020

Banca Examinadora



**Prof. Doutor Nuno Teles Sampaio**  
Universidade Federal da Bahia - UFBA



Documento assinado digitalmente  
GILCA GARCIA DE OLIVEIRA  
Data: 19/09/2022 15:26:52-0300  
Verifique em <https://verificador.itl.br>

**Profa. Doutora Gilca Garcia de Oliveira**  
Universidade Federal da Bahia - UFBA



**Prof. Doutor Daniel Lemos Jeziorny**  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

## **RESUMO**

Este trabalho irá debater o potencial de transformação social da Economia Solidária no Brasil como modelo de produção para uma sociedade transformadora, que cumpre o papel de preparação dos trabalhadores para a autogestão global da produção a partir dos princípios da teoria Desenvolvimentista-Marxista. Para isso analisa-se como se dá a reprodução do capitalismo em países da periferia, como é o caso brasileiro, para a partir daí observar como os Empreendimentos da Economia Solidária se relacionam com essa estrutura, podendo então identificar suas potencialidades e suas limitações como instrumento de transformação social. Se conclui que a Economia Solidária pode cumprir o papel de preparar os trabalhadores para a autogestão da sociedade transformada, caso se alie a um projeto político que tem como objetivo a transformação da sociedade capitalista.

Palavras-chave: Cooperativa. Economia solidária. Transformação Social. Desenvolvimentismo.

## **ABSTRACT**

This work will discuss the social transformation potential of the Solidarity Economy in Brazil as a production model for a transforming society, which fulfills the role of preparing workers for a global self-management of production based on the principles of Developmentalist-Marxist. For this, it is analyzed how the reproduction of capitalism takes place in peripheral countries, as is the case in Brazil, in order to observe how Solidarity Economy Entrepreneurs relate to this structure, thus being able to identify its potentialities and its specific characteristics as an instrument of social transformation. It is concluded that the Solidarity Economy can fulfill the role of preparing workers for the self-management of the transformed society, if it is a political project that aims to transform capitalist society.

Keywords: Cooperative. Solidarity economy. Social Transformation. Developmentalism.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Evolução do número de cooperativas no Brasil (2003-2020).....	34
Figura 2 - Evolução do número de associados em cooperativas no Brasil (2003-2020).....	34
Figura 3 - Evolução do número de empregados em cooperativas no Brasil (2003-2020).....	35
Figura 4 - Evolução do número de cooperativas agrícolas no Brasil (2003-2020).....	37
Figura 5 - Evolução do número de associados em cooperativas agrícolas no Brasil (2003-2020).....	37
Figura 6 - Evolução do número de empregados diretos das cooperativas agrícolas no Brasil (2003-2020).....	38

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	07
<b>2 A TEORIA DESENVOLVIMENTISTA</b>	09
2.1. A TEORIA DESENVOLVIMENTISTA CLÁSSICA	09
2.2 A EPISTEMOLOGIA LATINO-AMERICANA DO DESENVOLVIMENTO	12
2.3 O NOVO-DESENVOLVIMENTISMO	15
2.4. O SOCIAL-DESENVOLVIMENTISMO	17
2.5 DESENVOLVIMENTISMO MARXISTA	18
<b>3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA</b>	22
3.1 PAUL SINGER	25
3.2 FRANÇA FILHO E LAVILLE	27
3.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA NA TEORIA MARXISTAS	29
<b>4 EVOLUÇÃO DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS NO BRASIL</b>	33
4.1 EVOLUÇÃO DAS COOPERATIVAS NO BRASIL (2003-2020)	33
4.2 EVOLUÇÃO DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS NO BRASIL (2003-2020)	35
4.3 COOPERATIVISMO POPULAR E COOPERATIVISMO TRADICIONAL	38
4.4 AMBIENTE POLÍTICO-INSTITUCIONAL NO BRASIL (2003-2020)	40
<b>5 CONCLUSÃO</b>	44
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b>	47



## 1 INTRODUÇÃO

O modo de produção capitalista como modelo hegemônico de produção social já mostrou que seu resultado é a produção de desigualdades, que coloca de um lado os possuidores de capital e do outro aqueles que não tem alternativas a não ser vender sua força de trabalho. Nessa relação os primeiros se apropriam dos rendimentos gerados do trabalho dos segundos, enquanto os segundos veem sua situação se deteriorar cada vez mais (MARX, 1867). Como uma reação ao modo de produção capitalista surge a Economia Solidária e as propostas de empresas autogestionadas, que tem como objetivo dar autonomia dos trabalhadores e acabar com a apropriação privada dos rendimentos do trabalho social, distribuindo-o entre aqueles que contribuíram para a geração de seu valor, os trabalhadores (SINGER, 2002). Entretanto o caráter hegemônico e globalizado que o modo de produção capitalista adquiriu, com estruturas complexas, transnacionais e subordinando o aparato político-institucional aos seus imperativos, mostra que não será fácil o caminho para o projeto de Economia Solidária se colocar como um novo modo de produção hegemônico em uma sociedade transformada.

Para poder analisar as potencialidades desse movimento como instrumento de transformação social no Brasil, precisamos primeiro analisar como se dá a reprodução do capitalismo em países da periferia, como é o caso brasileiro, para a partir daí observar como os Empreendimentos da Economia Solidária se relacionam com essa estrutura, podendo então identificar suas potencialidades e limitações como instrumento de transformação social. Com o objetivo de alcançar tais resultados, neste trabalho foi construído além dessa introdução, o capítulo II, que debate a teoria econômica desenvolvimentista, teoria esta que analisa as características do capitalismo nos países periféricos, bem como as políticas de superação do subdesenvolvimento e assim identificar o papel que Economia Solidária cumpre nesse contexto. No capítulo III; serão debatidas as diferentes visões sobre a Economia Solidária mais relevantes para poder saber qual dessas visões se aproxima mais de um modelo que compreenda a realidade e se coloque como alternativa real para ser o modo hegemônico de produção em uma sociedade transformada. No capítulo IV será analisada a evolução das cooperativas brasileiras, com foco nas cooperativas agropecuárias, nas últimas duas décadas, observando se há um movimento de expansão ou

retração desses empreendimentos, diferenciando cooperativas populares das cooperativas tradicionais, essencial para identificar qual estratégia que orienta as suas ações no período, bem como a estrutura político-institucional com que estão comprometidas. No último capítulo iremos concluir se os dados observados colaboram ou não com a teoria e a hipótese levantada, de que os Empreendimentos de Economia Solidária são a base econômica para uma sociedade transformada, cumprindo um papel de treinar os trabalhadores para a autogestão global da produção.

## 2 A TEORIA ECONÔMICA DESENVOLVIMENTISTA

Este presente capítulo se dedica ao entendimento de diferentes teorias do desenvolvimento, sua origem e objetivos, mapeando as diferentes posições dos autores que trabalham essa temática, bem como tal teoria colabora para o entendimento e desenvolvimento da Economia Solidária.

Começaremos com a análise do contexto histórico que dá origem ao pensamento Desenvolvimentista. Em seguida será apresentado o pensamento desenvolvimentista dos autores latino-americanos e que influenciou a política econômica brasileira, como a criação da CEPAL. Logo após será feito o debate do pensamento novo desenvolvimentista emergiu nos anos 90 e o social desenvolvimentismo dos anos 2000, para enfim apresentar o modelo Desenvolvimentista Marxista, apresentado na versão de Mollo (2015), e o qual será adotado como referência neste trabalho na sua articulação com a Economia Solidária.

### 2.1 O PENSAMENTO CLÁSSICO DA TEORIA DESENVOLVIMENTISTA.

A teoria do desenvolvimento surge se apoiando em dois postulados fundamentais, a recusa do princípio monoeconomista, e a afirmação do princípio da reciprocidade das vantagens. Ao recusar o monoeconomismo, a economia desenvolvimentista coloca que “os países subdesenvolvidos, tomados em conjunto, apresentam um certo número de características comuns, que os distinguem de modo bastante determinado dos países industriais avançados” (HIRSCHMAN, 1986, p. 52), Para Hirschman, a revolução industrial foi violenta causando devastações sociais e humanas nas sociedade que foram objeto do colonialismo europeu, tendo se especializado na produção de matérias primas destinados à exportação para os países industriais avançados, que lhe forneciam em troca produtos manufaturadas. Essa postura se diferencia da ortodoxia econômica, que acredita em leis universais que regem a economia, a que todos os países estão sujeitos. A reciprocidade das vantagens se baseia na ideia de que “as metrópoles industriais são capazes de efetuar, através da expansão das trocas, transferências financeiras e assistência técnica, uma contribuição considerável - até mesmo essencial - para o esforço do

desenvolvimento da periferia” (HIRSCHMAN, 1986, p.64). Se funda assim o pensamento desenvolvimentista, cujo objeto de sua pesquisa é o desenvolvimento econômico das regiões desfavorecidas do planeta, afirmando a sua diferente trajetória histórica, mas adotando uma postura otimista quanto ao futuro destas regiões.

A ascensão do pensamento desenvolvimentista, segundo Hirschman (1986) foi facilitada pela crise de 1929 e pela revolução Keynesiana, que além de possibilitar construir teorias econômicas para além da ortodoxia, onde a economia se encontra em pleno emprego e concorrência perfeita (ou imperfeita), coloca de lado também a ideia de autodestruição do capitalismo, retomando a confiança de sua própria capacidade de resolver seus problemas.

É preciso esclarecer que Hirschman, juntamente com o pensamento clássico do desenvolvimento, trata do subdesenvolvimento como uma questão evolutiva, ou de etapas superadas, onde o desenvolvimento é alcançado quando esses países atingem a condição em que os países desenvolvidos se encontram. A partir daí, podemos considerar duas contribuições que esse pensamento construiu para construir um caminho para o desenvolvimento dos países mais desfavorecidos do planeta.

A primeira, a partir da teoria Keynesiana do desemprego, traz a ideia de subemprego rural como características dos países subdesenvolvidos em geral. A teoria do desenvolvimento afirma que o funcionamento na economia dos países desenvolvidos, o subemprego afeta não somente a mão de obra, mas outros fatores de produção, desequilibrando a relação capital trabalho e prejudicando o crescimento econômico. Em países subdesenvolvidos, apenas a força de trabalho é afetada pelo subemprego, por ser superabundante em relação à demanda, causando um “círculo vicioso da pobreza”, ou seja, uma situação de equilíbrio macroeconômico de baixa renda. Os primeiros economistas do desenvolvimento recomendam uma política de investimento público planejada, destinados a favorecer um crescimento equilibrado através da mobilização progressiva, em vista da industrialização, da população rural excedente (HIRSCHMAN, 1986), já para Hirschman, os países subdesenvolvidos dispõem de reservas ocultas, não só de força e trabalho, mas de poupança, espírito empresarial e outros recursos. Com isso, defende a tese de que é preciso criar em uma economia subdesenvolvida dispositivos de empuxo e mecanismos de impulsão, para uma estratégia de crescimento desequilibrado.

A segunda contribuição é o processo de industrialização, tido como essencial para que os países adquiram o pleno desenvolvimento das forças produtivas. Algo que os desenvolvimentistas não podem deixar de considerar são as estratégias que devem ser adotadas para industrialização dos países subdesenvolvidos. A história mostra a diferença do processo de industrialização dos países europeus, onde a Alemanha e a Rússia, que são os países que se industrializaram depois, realizaram estratégias diferentes das usadas no Reino Unido e na França. No caso alemão, a intervenção direta do estado nas indústrias chaves foi um fator essencial, promovendo um número grande de indústrias e garantido o monopólio do mercado interno, além da proteção ao comércio e o subsídio de exportação (CHANG, 2004). Se demonstra que pode haver mais de um caminho para a industrialização, onde cada país determinará qual política, ordem de prioridades e sua ideologia

Por tanto, a Teoria do Desenvolvimento nos ajuda a entender as características econômicas dos países periféricos e como o capital age em tais economias, para que assim se possam construir estratégias para desenvolver suas forças produtivas. Este é um importante instrumento analítico e propositivo que pode ser apropriado pela Economia Solidária para entender seu papel como agente transformador da sociedade no contexto brasileiro, tendo em vista que ambos tem o objetivo de mudar a correlação de forças que o capital exerce nos países periféricos em cima do trabalhador. Uma forma da expressão dessa aproximação é a partir da teoria do subemprego rural, que pode ser campo para atuação de associações e/ou cooperativas agrícolas para geração de renda, desenvolvimento do mercado interno e diminuição da dependência externa. Entretanto a teoria Desenvolvimentista Clássica se espelha no modelo de desenvolvimento das economias centrais, não tendo como objetivo a mudança do modo de produção, apenas uma melhora nas condições econômicas dos países periféricos em relação aos países centrais, não dialogando, dessa vez, com a Economia Solidária como um novo modelo de produção em uma sociedade transformada.

## 2.2 A EPISTEMOLOGIA LATINO-AMERICANA DA TEORIA DO DESENVOLVIMENTO

A teoria do desenvolvimento econômico ao se apresentar como uma teoria para a superação da pobreza e do subdesenvolvimento dos países periféricos, ganhou força entre os economistas latino-americanos e os formuladores de política econômica desses países. Contudo, tal é realizado a partir de formulações próprias do desenvolvimento pois, “a concepção de desenvolvimento da sociedade não é alheia a sua estrutura social, e tão pouco a formulação de uma política de desenvolvimento e sua implementação são cabíveis sem uma preparação ideológica” (FURTADO, 1980, p. 16). Com isso, Celso Furtado critica a visão hegemônica, que entende o desenvolvimento como a evolução de um sistema social de produção que, mediante a acumulação e progresso das técnicas, torna-se mais eficaz, ou seja, eleva a produtividade do conjunto das forças sociais. O autor não só critica a ambiguidade de termos como eficácia e produtividade, conceitos que se modificam com o tempo e que são utilizados para se referir ao grau de acumulação da sociedade capitalista, como também observa o aumento da degradação das condições de vida de uma massa populacional que acompanha avanço das técnicas e da produtividade social, bem como uma ação crescente e predatória do meio ambiente e recursos naturais. O desenvolvimento tem que ter incluído a satisfação das necessidades elementares da população. Colocando ênfase à dimensão política ao que se apresentava ser um problema econômico, visualizando o desenvolvimento e subdesenvolvimento no quadro de um projeto político, onde as “atividades empresariais são, no essencial, forma de dominação social, sendo a inovação técnica um dos focos geradores de poder” (FURTADO, 1980, p. 33)

Furtado apresenta uma nova perspectiva do Desenvolvimento, a partir do entendimento que, “existe um tendência estrutural da economia capitalista para concentrar renda em benefício dos países que exportam produtos que incorporam a técnica mais avançada” (FURTADO, 1980, p. 19), fazendo com que a balança comercial entre o centro e a periferia sempre seja positiva para o países centrais e negativa para os países periféricos. Com essa leitura da relação Centro-Periferia, o subdesenvolvimento passou a ser visto como conformação estrutural do sistema econômico e não como uma forma evolutiva. Desenvolvimento e subdesenvolvimento são derivados de um mesmo impulso social, e têm que ser observados como partes de um todo movimento social, como expressão da dinâmica do sistema capitalista global. Para que os países centrais se

especializassem na produção de produtos manufaturados, foi preciso que os demais países condicionassem sua estrutura econômica a fornecer *commodities*, matérias primas e insumos de produção em larga escala e baratos de acordo com as necessidades da indústria nascentes dos países centrais.

A partir dessa análise, é incorporada à teoria do desenvolvimento, a teoria da dependência, que visa explicar a partir de uma visão global do sistema capitalista a relação de dependência existente entre a estrutura econômica, política e social, que os países da periferia têm em relação aos países centrais. Segundo Furtado (1980), a tomada de decisão em relação à produção dos países periféricos é exercida por forças externas e internas, pois se inserem no sistema econômico global de forma adaptativa, diferentemente dos países centrais que moldaram o sistema econômico global de acordo com sua própria estrutura econômica. Portanto, o processo de industrialização dos países periféricos se dá em concorrência com uma estrutura interna destinada a exportar *commodities* e com as indústrias dos países exportadores de produtos tecnológicos para a periferia, e não com meras atividades artesanais pré-existentes, como foi o caso dos países centrais.

Para corrigir os efeitos negativos da balança comercial dos países periféricos que tende a favorecer os países centrais, tais países realizaram a política de Industrialização via Substituição de Importação pela produção local, diminuindo a dependência externa. Entretanto Furtado (1980, p. 127) apresenta que, “a industrialização via substituição de importação tinha como base as atividades industriais preexistentes. Ela constituía certamente avanço com efeito o que se havia feito anteriormente, mas não uma mudança qualitativa. As novas atividades orientavam-se pela demanda final, como um edifício que o constrói de cima para baixo. A base do edifício - as indústrias de insumos básicos e equipamentos - continua no exterior”. Para correção e ampliação dessa política é preciso o Estado amplie a sua ação no campo da economia, criando indústrias de base para alimentar o sistema industrial e instituições financeiras para financiar o avanço da indústria de equipamentos.

Furtado (1980, p. 26), assim como os autores latino-americanos da teoria do desenvolvimento, enfatizam então o papel do estado para a superação da pobreza e subdesenvolvimento na periferia do sistema capitalista, advogando que:

Contudo, nos demais países subdesenvolvidos, a evolução política se vem orientado no mesmo sentido, sendo geral o reforçamento do aparelho estatal e a emergência, sob sua tutela, de novas formas de organização social. Os investimentos em infraestrutura e na indústria básica dependem diretamente do Poder Público, ou de garantias dadas por estes a grupos estrangeiros. A poupança local, em grande parte compulsória, inexistiria sem a iniciativa do Estado, o qual assume crescentes responsabilidades no campo da produção, podendo as empresas por ele criadas operar por ampla margem de autonomia. Perdem, assim, validade muito dos critérios tradicionalmente usados para diferenciar atividades públicas e privadas.

Diferentemente da teoria clássica do desenvolvimento que defendem que os países em desenvolvimento estão em uma etapa anterior de formação de sua estrutura econômica em relação aos países desenvolvidos, os autores latino-americanos não acreditam que o desenvolvimento da periferia será atingir o nível social e econômico dos países centrais pois, esse modelo de desenvolvimento, praticado pelo países centrais, foi o que originou a divisão entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, criando uma relação de dependência entre centro-periferia, que condiciona a estrutura dos países periféricos a continuar subdesenvolvidas. Sendo assim, deve-se romper com o pensamento clássico do pensamento econômico e o desenvolvimento dos países periféricos deve seguir dinâmica própria.

Com essa diferenciação feita pelos autores latino-americanos sobre o desenvolvimento na periferia, defendendo que as economias de tais países devem seguir dinâmica própria, diferente do observado nos países centrais, abre-se então uma oportunidade para que a Economia Solidária preencha esse papel, ao orientar o caminho para um novo modelo de desenvolvimento econômico que não gere degradação das condições de vida de uma parte da população, nem atue de forma predatório com o meio ambiente e os recursos naturais. Entretanto tais autores ressaltam também que esse movimento só pode ser possível a partir de uma ação coordenada com o Estado, pois é o único que tem a capacidade de mobilizar recursos para impulsionar as mudanças estruturais necessárias nesses países. Portanto os Empreendimentos da Economia Solidária devem entrar na disputa dos rumos do estado, para que destine os recursos necessários com o intuito de desenvolver tais empreendimentos solidários como uma nova forma de organização da sociedade, além de promover políticas públicas que gerem condições estruturais e macroeconômicas para atuação desses empreendimentos, como infraestrutura logística, energética e hídrica, além de proteção aos produtos estrangeiros, com tecnologias mais desenvolvidas incorporadas.



### 2.3 O NOVO DESENVOLVIMENTISMO

O esgotamento do modelo de substituição de importação, estratégia para industrialização dos países periféricos proposto pelas correntes desenvolvimentistas, segundo Teixeira e Pinto (2013), decorreu da crise fiscal do estado dos anos 80. O elevado endividamento atrelado ao dólar e com contratos a juros flutuantes, acentuado pelo cenário de aumento das taxas de juros internacionais, deu origem ao processo inflacionário que sofreu não só o Brasil mais o conjunto de países periféricos na época, junto com um déficit operacional do setor público. Esse cenário abriu espaço para o ressurgimento das correntes de pensamento liberal, que enxergam o Estado como uma estrutura ineficiente, preso a interesses corporativos das empresas estatais e dos setores sindicalizados da burocracia. Portanto, o estado ineficiente e falido deveria abrir espaço para iniciativa privada e o capital estrangeiro, seguindo as recomendações do Consenso de Washington, abertura comercial e financeira, privatizações e as reformas pró-mercado (que eliminaram a capacidade de planejamento e intervenção do Estado na atividade econômica) e a condução ortodoxa da política econômica (juros altos e contenção de gastos correntes).

Os anos 90 são marcados pela consolidação de uma nova ordem econômica mundial, onde a liderança econômica e política passa a ser exercida pelo capital financeiro, passando a um novo padrão de reprodução do capital e desenvolvimento da sociedade capitalista, onde as instituições financeiras ditam as regras do desenvolvimento, principalmente dos países periféricos, pois são as que garantem a liquidez de créditos. As antigas políticas desenvolvimentistas que têm como pilar a capacidade do estado de mobilizar recursos para financiar o desenvolvimento ficam impedidas pelo cumprimento de regras de responsabilidade fiscal que vão de encontro às ações necessárias para tocar tais políticas. Nesse contexto surge o Novo Desenvolvimentismo, como “uma proposta para se retomar a estratégia desenvolvimentista no Brasil, mas de forma atualizada e adaptada a seu estágio de desenvolvimento” (BRESSER-PEREIRA, 2004 *apud* MOLLO, 2013).

O novo-desenvolvimentismo busca formular novas propostas para o desenvolvimento em resultado das mudanças ocorridas nos sistema global capitalista, que passa a ser coordenado pelo sistema financeiro global, tirando o poder de mobilizador de recursos dos Estados e passando os

bancos e agências financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional, a coordenar o fluxo de capitais mundial de acordo com seus interesses, colocando o desenvolvimentismo como antigo ou atrasado. O pensamento novo-desenvolvimentista, diferente dos desenvolvimentistas que focam sua política na balança comercial, coloca que o protecionismo moderno deve ser feito na conta de capitais, pois assim os países periféricos impedem a fuga de capitais em suas economias, essencial para poder desenvolver internamente o país.

De acordo com Filgueiras (2012, p. 24), o Novo-Desenvolvimentismo traz algumas semelhanças com o Desenvolvimentismo da CEPAL, pois, “concebe o subdesenvolvimento como contrapartida do desenvolvimento e afirma o seu caráter estrutural, admite a existência da tendência à deterioração dos termos de troca, identifica uma tendência dos salários crescerem menos que a produtividade (oferta ilimitada de mão de obra) e ainda considera que o Estado é estratégico para o desenvolvimento, mas assumindo um papel indutor”. No entanto, nota-se um diferencial importante, ao ter um papel indutor, o Estado limita-se a criar as condições para o capital privado dar a dinâmica da economia, não diferenciando o capital nacional e o estrangeiro, criando as condições para que ele se desenvolva e se multiplique, garantido a estabilidade macroeconômica e criando um conjunto de políticas e instituições que fortaleçam o mercado.

Para alcançar tais objetivos o pensamento Novo-Desenvolvimentista recomenda uma série de políticas macroeconômicas que visam a estabilização das condições do mercado, entre eles estão: 1) A taxa de câmbio deve ser competitiva, para estimular a exportação e a poupança interna; 2) É preciso ter equilíbrio fiscal nas contas governo, ou seja, o governo precisa gerar superávit primário; 3) O Estado tem que ter capacidade de promover a poupança interna; 4) Estabilização dos preços é essencial para o crescimento econômico.

O Novo-Desenvolvimentismo ao buscar modernizar a teoria desenvolvimentista, se alinha ao novo modelo de desenvolvimento puxado pelas economias centrais porém, em um modelo de dependência-associada, entregando a condução do processo de desenvolvimento dos países periféricos ao capital financeiro internacional e as grandes empresas capitalistas multinacionais. Ao conduzir a política econômica sobre liderança do capital financeiro e as empresas multinacionais, o Novo-Desenvolvimentismo subordina a economia dos países periféricos à dinâmica da economia dos países centrais, contribuindo para expansão e reprodução do modo de produção capitalista. O Estado ao tocar as políticas propostas por essa corrente do pensamento se

afasta da perspectiva de construção de um modelo de desenvolvimento alternativo ao modelo hegemônico, se colocando como um obstáculo a construção a quaisquer tentativa de romper com a lógica capitalista de produção, incluindo a proposta deste trabalho, de Economia Solidária.

## 2.4 O SOCIAL DESENVOLVIMENTISMO

O Social Desenvolvimentismo acredita que “os distintos desempenhos do capitalismo brasileiro, em cada momento, só podem ser compreendidos considerando-se conjuntamente as dimensões externa e interna do desenvolvimento” (FILGUEIRAS, 2012, p.21). O grau de independência/dependência da economia brasileira se alteraria de acordo com diferentes momentos históricos limitando ou estimulando o crescimento. A partir daí poderiam ser implementadas medidas desenvolvimentistas de acordo com a conjuntura nacional e internacional, “(...) portanto não se limita a um corpo de ideias sistematizado academicamente, perdendo a clareza que a academia pode oferecer, mas apresentando maior eficácia prática” (BASTOS, 2012).

As principais diferenças do pensamento social desenvolvimentista em relação ao novo desenvolvimentismo segundo Filgueiras (2012), é, além do seu objeto de estudo ser somente o Brasil, a diferença entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico, onde o “o primeiro só se metamorfoseia no segundo se houver melhoria das condições de vida da população” (FILGUEIRAS, 2012, p. 21). Além disso, o pensamento Novo-Desenvolvimentista estaria focado na política de curto prazo de estabilização dos indicadores macroeconômicos, enquanto o Social-Desenvolvimentismo busca realizar mudanças nas estruturas econômicas para um crescimento sustentável a longo prazo. Destaca-se também nesta corrente de pensamento o retorno da importância do papel do Estado, principalmente em contexto de crise internacional de 2008, realizando investimentos autônomos do setor produtivo estatal em conjunto com o gasto público orçamentário, com o objetivo de induzir o gasto privado e aumentar o nível da atividade econômica no país. O capital nacional ganha uma importância maior em relação ao estrangeiro, com o objetivo de desenvolver empresas e indústrias locais para redução da dependência externa. Por fim considera que “apesar das reformas neoliberais dos anos 1990, o Estado ainda tem grande

capacidade de coordenação e intervenção na economia, podendo induzir o desenvolvimento através da manipulação de preços macroeconômicos básicos, da intervenção direta do seu setor produtivo e do financiamento de setores específicos pelas instituições financeiras públicas” (FILGUEIRAS, 2012, p. 21).

O pensamento Social-Desenvolvimentista traz novamente a importância da participação do Estado na condução da política econômica do país, com papel de vanguarda na condução do processo de crescimento e transformação estrutural, impulsionando um crescimento com distribuição de renda, como o conseguido através do aumento real do salário mínimo, ou o alargamento do mercado interno através de políticas de crédito ao consumidor e para produção. Tem como objetivo também a diminuição da dependência externa com o acúmulo de reservas internacionais, desenvolvimento da indústria local, e a ampliação e diversificação (destino e natureza do produto) das exportações.

Por fim, o Social-Desenvolvimentismo ao apresentar um modelo de desenvolvimento que tenta se aproveitar das condições externas para assim desenvolver suas forças produtivas internamente, constrói um projeto de desenvolvimento híbrido, realizando um modelo próprio de desenvolvimento, mas sem romper com o modelo hegemônico dos países centrais. Esse projeto cria um cenário que pode potencializar a existência e desenvolvimento de empreendimentos solidários ao focar sua política no mercado interno, ampliando e diversificando sua base produtiva e melhorando as condições de vida do trabalhador. Entretanto, ao não romper com o padrão hegemônico de reprodução do capital, tais políticas podem ter efeito apenas mitigador das problemáticas sociais, podendo sofrer reveses em situação de crise econômica ou nos movimentos conservadores dos setores ligados ao grande capital que ainda se encontra na estrutura de poder do estado.

## 2.5 DESENVOLVIMENTISMO MARXISTA

Na tradição marxista, o pensamento identifica que a estrutura econômica dos países da América Latina não pode ser pensada fora do contexto de expansão e evolução do capitalismo mundial e

as relações centro-periferia estabelecidas nesse processo. O desenvolvimento dos países centrais se deu a partir da colonização e exploração dos recursos naturais em larga escala dos países da América Latina, gerando insumos para o processo de industrialização dos primeiros e subordinando a estrutura econômica dos segundos às suas demandas e necessidades (MARINI, 1973). Como sua estrutura de produção não depende do mercado interno dado que que “a circulação se separa da produção e se efetua basicamente no âmbito do mercado externo, o consumo individual do trabalhador não interfere na realização do produto. Em consequência, a tendência natural do sistema será a de explorar ao máximo a força de trabalho do operário, sem se preocupar em criar as condições para que este a reponha, sempre e quando seja possível substituí-lo pela incorporação de novos braços ao processo produtivo” (MARINI, 1973, p. 17). O efeito disso é que a estrutura econômica dos países periféricos não leva em consideração o consumo privado do trabalhador, onde não se faz necessário o desenvolvimento das forças produtivas dos países, ou a inserção da massa trabalhadora no processo produtivo, nem se quer o estímulo ao aumento da produtividade do trabalho para baixar o valor da unidade do produto, mesmo em épocas de industrialização dos países periféricos, como nos períodos entre guerras, quando houve escassez de produtos industrializados no mercado internacional.

A partir dessa análise, como proposta de um novo modelo de desenvolvimento que gere renda para a população e desenvolva o mercado interno, pode-se incluir a necessidade de investimento e fomento na agricultura familiar e cooperativas de produção, com intuito de desenvolver as forças produtivas do país e diminuir a dependência externa de nossa economia. Fazendo um processo de inclusão produtiva que gera melhores condições para o desenvolvimento sócio-econômico e que vise à superação da relação capital trabalho, realizando a transformação social para um novo modo de produção. Entretanto, o processo de fomento à agricultura familiar e cooperativas de produção é um processo de disputa com o capital agrário e internacional, principalmente sobre as terras produtivas e os recursos hídricos.

Este projeto pode ser definido como uma proposição política que onde o desenvolvimento assumiria, necessariamente, ações transformadoras, sobretudo aquelas que permitissem representação política e espaço de ação aos menos favorecidos e cooperação ao invés de concorrência (ALMEIDA FILHO, 2018). Com isso o Desenvolvimentismo-Marxista tenta superar a dicotomia entre reforma/revolução onde apresenta que é possível transformar o estado

para desenvolver as forças produtivas e preparar condições institucionais e estruturais para que assim o trabalhador “tenha melhores condições de se organizar e de se preparar para a autogestão da sociedade transformada” (MOLLO, 2015, p. 749).

Para construir essa proposição política, Mollo (2015) aceita certas preposições pós-keynesianas, como a necessidade de intervenção estatal ativa e a busca pela redução da pobreza e desigualdade, mas que, a partir de uma perspectiva marxista, que o Estado é um Estado de Classe, que tem uma autonomia relativa, sendo um espaço de disputa dos diferentes grupos que compõem a sociedade e assim argumentar que podemos adotar o desenvolvimentismo que é “um projeto econômico voltado à industrialização como via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento; e na ideia de que não vem pela espontaneidade das forças de mercado, exigindo a atuação do Estado como indutor, agente planejador do desenvolvimento e/ou investidor direto” (MOLLO, 2015, p.747), desde que a transformação social centrada na ampliação de formas de produção cooperadas fossem parte desse projeto.

Nesse sentido Mollo (2015) propõe sugestões de ação como alternativas políticas ao longo do Desenvolvimento, que são: 1) Canais de escuta - que são espaços alternativos ao mercado, como conselhos e fóruns comunitários, formas institucionais de pressão, envolvendo todos na decisão e aumentando o processo da democracia participativa, e assim gerando “formas de alterar o controle sobre a organização da sociedade, dando às pessoas consciência e poder de decisão de suas vidas”. 2) A igualdade social - essa igualdade deve ser construída em todos os níveis, tanto igualdade de renda como de consumo e poder de decisão. 3) Treinando a cooperação - a cooperação no processo produtivo, “elimina a submissão do trabalhador ao capital no processo de trabalho imediato e a oposição capital-trabalho no processo produtivo dos cooperados”, fazendo com que todos participem do processo de planejamento e decisão e assim preparando os trabalhadores para a autogestão global do processo produtivo.

Pode ser trazido como exemplo de um projeto de Estado que busca a autogestão global do processo produtivo pelos trabalhadores, a Iugoslávia do Presidente Josip Bros Tito. Este país, ao romper com a União das Repúblicas Socialista Soviéticas (URSS) do regime de Stalin, em 1948, começa uma guinada do país de construção de autogestão nas empresas e na condução das decisões políticas do Estado. Criou em 1950 a Lei Fundamental Sobre Gestão de Empresas por Trabalhadores, e em 1976 na Assembleia da República Socialista que era composta pelos

conselhos operários, a Lei do Trabalho Associado. As linhas gerais desse modelo de gestão na Iugoslávia eram a propriedade pública dos meios de produção com gestão dos trabalhadores bem como apropriação coletiva dos rendimentos, descentralização da administração, que foi exercida e regulada pelas coletividades locais, abolição das distinções entre os que trabalham e os que dirigem a produção, além de estabelecer conselhos operários eleitos que representam as organizações em instâncias superiores. Entretanto o país ainda possuía a estrutura de partido único, herança da organização soviética, além de ser fortemente marcado por conflitos étnicos internos.

Diferenciando-se então, de todas as outras correntes do pensamento desenvolvimentistas, que veem o desenvolvimento como melhorias dentro do próprio sistema capitalista, uns espelhados nos desenvolvimentos dos países centrais, outros propondo um modelo alternativo de desenvolvimento, mas ambos buscam o desenvolvimento dentro do modo de reprodução capitalista, o desenvolvimentismo marxista busca um modelo de desenvolvimento que siga de transição para um modo de produção em que as relações econômicas e sociais não se baseiem na exploração ou superexploração do trabalho, mas sim com autonomia do trabalhador sobre sua força de trabalho, empoderando-se econômica e politicamente, para que assim cada povo tenha o controle do seu próprio destino, quebrando o domínio do capital sobre o indivíduo e a situação de dependência aos países centrais.

Aqui se encontra o foco de nossa investigação, de que se os empreendimentos cooperados realmente cumprem o papel de treinar o trabalhador para a auto gestão global da produção no caso brasileiro, de acordo com o que encontramos na proposta de Mollo. Ou seja, se a Economia Solidária é a base econômica para um projeto político que tenha como objetivo a superação da sociedade de classe e do modo capitalista de produção social.

### 3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA

O modo de produção capitalista, que tem suas raízes na revolução industrial, tem como base a propriedade privada dos meios de produção para exploração do trabalho e apropriação privada do valor gerado pelos trabalhadores, sendo a realização desse valor feita pela venda do produto do trabalho no mercado. A disputa no mercado pela venda dos produtos faz com que se intensifique a exploração do trabalho na etapa da produção, para fazer com que os trabalhadores produzam mais, em menos tempo e com uma menor remuneração e aumento da jornada de trabalho (MARX, 1867).

Essas características do modo de produção capitalista nos princípios marxistas fazem emergir duas classes sociais, os possuidores dos meios de produção e os que não têm alternativas a não ser vender sua força de trabalho, que são os trabalhadores. À medida que o capitalismo avança, a distância entre esses dois grupos aumenta, enquanto o capitalista aumenta suas riquezas e seu poder de decisão sobre a reprodução da vida social, os trabalhadores estão cada vez mais na miséria, reféns das decisões dos donos do capital, subordinados.

No Brasil, pela sua história de colônia escravocrata e pela divisão internacional do trabalho, se insere no mercado global como um país agroexportador, com poucos possuidores de terra, onde a maioria da população está em trabalhos precários com baixa remuneração ou na informalidade. Nesse contexto é apresentado o projeto de Economia Solidária, para superação das contradições do capitalismo.

A economia solidária “nasceu pouco depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção.” (SINGER, 2002, p.24). Seu surgimento vem da busca de mudança das relações de trabalho, para um modo de produção que funcione através da solidariedade e autonomia no trabalho. Ou seja, a economia solidária é um projeto de reorganização da produção social para um modo produção cujas relações de produção sejam horizontais e coletivas.



As principais características desse projeto são, a autogestão, que é o processo de decisão democrática de seus trabalhadores, e a propriedade coletiva dos meios de produção. Essas características da organização da empresa solidária quebra a alienação do trabalho que ocorre no seio da empresa capitalista, gerando autonomia do trabalhador sobre sua força de trabalho, e divide seus rendimentos de maneira mais justa, sem a apropriação privada dos rendimentos sociais. Desta forma, há uma mudança de um modo de produção baseado da propriedade privada dos meios de produção, gerando acumulação, desigualdade e alienação, para um modo de produção onde a propriedade dos meios de produção é coletiva ou associada, distribuindo seus ganhos entre os trabalhadores envolvidos na produção e dando poder de decisão sobre o produto de seu trabalho.

Segundo França Filho (2001, p 248) “o termo economia solidária fora forjado no início dos anos 90, através dos trabalhos de Jean Louis Laville e Bernard Eme, na França. Através deste termo, estes autores visavam a dar conta da emergência e desenvolvimento de um fenômeno de proliferação de iniciativas e práticas socioeconômicas diversas. São as chamadas iniciativas locais na Europa. Elas assumem, na maioria dos casos, a forma associativa e buscam responder a certas problemáticas locais específicas.” Os empreendimentos de economia solidária podem se manifestar de diversas formas, desde que pratiquem a autogestão do empreendimento, a ECOSOL (Cooperativa Central de Apoio ao Sistema no DF) listou os critérios e tipos de empreendimentos da economia solidária existente no país e que são o público alvo do Fórum Brasileiro de Economia solidária, são eles:

1. Coletivas e suprafamiliares (associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas etc.), cujos participantes são trabalhadores dos meios urbano e rural que exercem a autogestão das atividades e da alocação dos seus resultados.
2. Permanentes (não são práticas eventuais). Além dos empreendimentos que já se encontram implantados, em operação, devem-se incluir aqueles em processo de implantação quando o grupo de participantes já estiver constituído definido sua atividade econômica.
3. Que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo

solidário. As atividades econômicas devem ser permanentes ou principais, ou seja, a razão de ser da organização.

4. São singulares ou complexas. Ou seja, deverão ser consideradas organizações de diferentes graus ou níveis, desde que cumpridas as características acima identificadas. As organizações econômicas complexas são as centrais de associação ou de cooperativas, complexos cooperativos, redes de empreendimentos e similares.
5. Que podem dispor ou não de registro legal, prevalecendo a existência real ou a vida regular da organização.

Os representantes desse movimento propagandeiam que o modo de produção solidário é a fase embrionária de transição para uma sociedade pós-capitalista (SINGER, 2002). Entretanto existem divergências entre os autores que trabalham com o tema, sobretudo a relação que os empreendimentos solidários têm com o todo social. Neste capítulo iremos trabalhar essas diferentes concepções sobre o relacionamento que os empreendimentos solidários têm ou deveriam ter com o processo geral de acumulação e disputa política, para poder determinar qual perspectiva cabe em nossa análise e qual iremos adotar como a que cumpre o papel de treinar os trabalhadores para autogestão global da produção.

Existem diferentes entendimentos de como os empreendimentos solidários devem se organizar na estrutura econômica e social hegemônica pelas empresas capitalistas. Entretanto há uma opinião consensual sobre o que os empreendimentos solidários buscam no plano microeconômico, que é além da geração de trabalho e renda, a participação de todos na gestão e o pleno desenvolvimento pessoal e social dos participantes dos empreendimentos solidários (SCHMIDT, 2013), diferenciando-se do objetivo das empresas privadas, que é a maximização do lucro para apropriação privada dos proprietários dos meios de produção. Em relação às divergências no espaço macro do pensamento teórico sobre economia solidária existem três principais correntes do pensamento, segundo Schmidt (2013). A primeira onde Paul Singer é seu representante maior, coloca a Economia solidária como uma estrutura produtiva que é alternativa e concorrente do capitalismo, que tende através dos mecanismos da concorrência e solidariedade, superar a estrutura capitalista de produção. A segunda, representada por França Filho e Laville, acredita que a Economia solidária e o Capitalismo podem coexistir em harmonia, resultado do aprofundamento da democracia política e econômica. A terceira e a qual Schmidt faz parte e a

qual será tomada como base para esse trabalho, coloca a economia solidária como um movimento que cumpre um papel de preparação dos trabalhadores para a autogestão da sociedade, e que para isso é preciso se articular dentro de um programa de transformação social onde outras frentes de disputa da sociedade se faz necessária, para assim poder atingir a transformação social ou seja, coloca a Economia Solidária dentro de um movimento de disputa política e social, onde ele é a base econômica de uma sociedade para além do capital.

### 3.1 PAUL SINGER

Paul Singer foi um dos maiores expositores da economia solidária no Brasil, foi presidente e idealizador da Secretaria Nacional da Economia Solidária (SENAES), ligada ao Ministério do Trabalho, de 2013 à 2016. Para esse autor, a partir da crise do “socialismo real existente” na Europa Oriental, que culminou na dissolução da União Soviética em 1991, e o semi-fracasso dos governos e partidos social-democratas da Europa e América latina, a concepção dominante de que o caminho da emancipação passa pela tomada do poder do Estado começa a ser repensada. Nos anos 90 a estratégia da revolução socialista é reformulada, onde “o foco dos movimentos emancipatórios voltou-se então cada vez mais para a sociedade civil” (SINGER 2002, p. 112), a partir do entendimento de que é preciso antes de tudo realizar a revolução social, que é a mudança em toda estrutura social, de como a sociedade civil se relaciona, principalmente economicamente, para depois fazer a disputa da superestrutura, que são os aparatos de poder que rege a sociedade, como o Estado e suas instituições, realizando um processo de mudança entre si. A economia solidária torna-se parte do processo da revolução socialista, a base econômica da mudança da estrutura social necessária para a mudança da hegemonia do modo de produção, que condiciona o processo da vida social e política.

Para o autor, o próprio capitalismo cria as condições para desenvolver as organizações cuja lógica é oposta ao modo de produção dominante, pois suas contradições ao gerarem pobreza e exclusão social, fazem com que a população não tenha alternativa a não ser se organizar para enfrentar as condições adversas que são condicionadas. Por tanto o desenvolvimento de tais empreendimentos solidários se dá independentemente se fomentado pelo Estado ou não, apesar de reconhecer sua

importância como mobilizador de recursos, entretanto considera a Economia Solidária para poder avançar como projeto alternativo ao modo de produção capitalista, depende mais da adesão da sociedade civil aos princípios de solidariedade, igualdade e democracia, que é a base fundadora da Economia Solidária.

Para o autor as empresas solidárias devem se preparar para a competição no mercado capitalista, pois ela “se tornará uma alternativa superior ao capitalismo quando ela puder oferecer a parcelas crescentes de toda população oportunidades concretas de auto-sustento, usufruindo do mesmo bem-estar médio que o emprego assalariado proporciona. Em outras palavras, para que a economia solidária se transforme de paliativo dos males do capitalismo em competidor do mesmo, ele terá níveis de eficiência na produção e distribuição de mercadorias comparáveis a da economia capitalistas” (SINGER, 2022 p. 120-121).

Singer desconsidera que a competição no mercado é mais uma etapa do processo de circulação das mercadorias do modo de produção capitalista, e que essa etapa não é menos perversa que a etapa da produção. A estrutura de produção da grande empresa, com produção em larga escala e integração vertical da cadeia produtiva, faz com que elas dominem o mercado da matéria prima ao consumidor final, com as transações ocorrendo dentro da própria empresa. A competição via mercados, deixa os empreendimentos solidários reféns das determinações do capital, fazendo com que os seus membros se auto explorem para poder ter um produto competitivo no mercado.

(SCHMIDT, 2013).

O autor coloca o papel do Estado como indutor de mudança na estrutura social em segundo plano, mesmo reconhecendo sua importância e a reciprocidade entre estrutura e superestrutura, ele foca seus estudos na busca de formas de hegemonia dentro da sociedade civil, para assim criar as condições para o domínio da sociedade política, ou seja, deve haver primeiro uma revolução social antes de uma revolução política. Contudo não considera os movimentos de contra revolução exercida pelas elites dominantes que usufruem o poder do estado para barrar qualquer movimento no interior estrutura social e subjugar aos seus interesses. Portanto a visão de Economia Solidária de Singer não cabe em nossa análise como referencial para construção dentro do Desenvolvimentismo Marxista, pois não deixa claro qual projeto político que será tocado para dentro do Estado e de suas estruturas de poder, para regular o capital e alterar as “regras do jogo”

em favor dos empreendimentos solidários, sem isso as condições de disputa dos empreendimentos solidários com os empresas capitalistas, sempre tendem a favor do capital.

### 3.2 GENAUTO CARVALHO DE FRANÇA FILHO E JEAN-LOUIS LAVILLE

Para esses autores, o fenômeno da economia solidária surge para resolver um problemática da exclusão social crescente e a incapacidade do estado de resolver tais questões, exigindo respostas através de iniciativas locais para superação dessa problemática, “estas experiências reúnem usuários, profissionais e voluntários, preocupados em articular criação de emprego e reforço da coesão social, ou geração de atividades econômicas, com fins de produção do chamado liame social (ou dos laços sociais), ou, simplesmente, geração de atividades econômicas, com finalidades sociais” (FRANÇA FILHO, 2001, p. 250), criando novas formas de regulação da sociedade. Tais autores divergem das duas visões tradicionais de interpretação dessas novas formas de se organizar economicamente e produtivamente, visões essas que França Filho (2001, p. 251) descreve como:

1) àquela que pretende enxergar estas experiências como modos de reativação de formas de socialidade comunitaristas, fortemente marcadas por um caráter de grupo fechado e balizadas pelo peso da tradição dos costumes. Segundo essa visão/leitura, as experiências de economia solidária são identificadas como uma espécie de neodomesticidade; como num retorno desesperado ao passado a fim de buscar pistas de solução para os nossos dilemas presentes. Trata-se, aqui, de uma crítica relativamente comum, partindo de certos setores à esquerda, no espectro político Europeu, que não enxergam uma dimensão política neste fenômeno;

2) àquela que apreende este fenômeno sob uma ótica liberal (à direita), ou seja, enquanto possibilidade de se constituir como setor à parte (terceiro), vindo se justapor aos dois outros (Estado e mercado), e buscando corrigir as lacunas por estes deixadas nas suas capacidades de satisfazer necessidades. Dito de outro modo, uma visão funcionalista que limita a ação da economia solidária à idéia de uma démarche funcional. Ela viria, nestes termos, preencher uma função de ajustamento social, constituindo uma espécie de economia subsidiária às formas mercantis e estatistas – papel, inclusive, que passou historicamente a exercer a economia social na França. Papel, portanto, paliativo ao sistema e que é também aquele do terceiro setor na sua versão americana de interpretação, tal como chega ao Brasil atualmente (FRANÇA, 2001, 2002; NYSSSENS, 2000; EVERS, 2000).

Essas novas formas de regulação da sociedade produzidos pela economia solidária no entanto, ao interagir com o mercado e o Estado, cria novas “perspectiva de elaboração de arranjos particulares de princípios econômicos diversos, a fim de subordinar a lógica mercantil a outros imperativos da ação organizacional ou coletiva” (FRANÇA FILHO, 2001, p.252). A partir dessa lógica, tais autores trabalham com a ideia de Economia Plural, onde abarca várias formas de produção e distribuição de riquezas para além do mercado, onde a economia solidária é mais uma forma de manifestação da produção social, a qual representa um “conjunto de atividades contribuindo para a democratização da economia a partir de engajamentos de cidadania (LAVILLE, 1999 *apud* FRANÇA FILHO, 2001, p.254).

Na perspectiva desses autores pode existir uma economia plural na qual a empresa capitalista e empreendimentos solidários convivem harmoniosamente (SCHMIDT, 2013). Para esses autores o aumento da democracia política e econômica faz emergir um conjunto de formas de produção e de repartição que coexistem. Nessa perspectiva, não há ruptura com o modo de produção capitalista, mas um rearranjo da estrutura produtiva que abarque a pluralidade dos princípios econômicos das formas de propriedade.

Sobre essa perspectiva Schmidt (2013, p. 3), escreve:

O autor esquece ou não reconhece - aliás, à semelhança da economia standard - a existência de classes sociais e, dessa forma, não considera o hegemonismo da classe dominante que dispõe de meios materiais (dinheiro, mídia, etc.) para sabotar a evolução democrática. Essa no máximo, tolera ou vê com bons olhos uma economia solidária raquítica, convivendo na sombra ou em simbiose com o mercado, que reduz as tensões sociais ou até se articula como sócio menor nos processos de terceirização.

Não encarar as contradições de classe da sociedade capitalista e não colocar no horizonte dos movimentos sociais a necessidade de ruptura significa retornar, no dia de hoje, a ilusão dos socialistas utópicos de que, pelo efeito demonstração, chegar-se-ia à mudança social.

Portanto essa perspectiva da economia solidária além de não apresentar nenhum projeto político que oriente a ação desses empreendimentos solidário e fomenta o seu desenvolvimento, ao não reconhecer a necessidade de ruptura com a sociedade de classes e não levar em consideração que a tendência do mercado capitalista é a concentração de capital e verticalização dos processos produtivos, transforma a economia solidária em um projeto mitigador das problemáticas sociais ou como um apêndice das empresas capitalistas, fornecendo mão de obra barata e sem

regulamentação trabalhista. Sendo assim, não cumpre o papel de preparar o trabalhador para autogestão da produção, como apresentado em nossa hipótese.

### 3.3 ECONOMIA SOLIDÁRIA NA TEORIA MARXISTA

A essa perspectiva marxista da economia solidária enxerga seus empreendimentos com um potencial de transformação social desde que esteja dentro de certas condições. Benini e Benini (2013), argumentam sobre a impossibilidade de mudanças estruturais no modo de reprodução capitalista apenas pela criação de empreendimentos solidários. A economia solidária por si só, não consegue fazer o enfrentamento ao modo de produção capitalista, as cooperativas e associações de trabalhadores tendem a degenerar no capitalismo, ainda mais nesta fase de acumulação flexível caracterizada pela precarização e pela superexploração da força de trabalho (NOVAIS, 2013).

É preciso levar em consideração o todo social, da estrutura à superestrutura, Paul Singer a pesar de ser um dos maiores expoentes da economia solidária no Brasil, tem o olhar apenas a partir da tomada de consciência da sociedade civil para praticar a autogestão de seu trabalho. Porém, a mudança da relação de trabalho e da propriedade não é o suficiente para gerar transformação social pois, ela ainda está sob égide de uma subestrutura social que a domina. Quando se olha a cooperação apenas no interior da fábrica, os empreendimentos cooperados tornam-se ilhas de produção independente, não havendo de fato um coordenação na produção, ocorre uma mudança apenas da propriedade jurídica dos meios de produção, que não garante uma ruptura com o sistema capitalista. Na perspectiva marxista de autogestão, é preciso pensar a autogestão não somente dentro da fábrica, mas buscar a autogestão global de produção. As cooperativas necessitam coordenar sua produção, criando cadeias produtivas para atingir o “controle global do processo de trabalho pelos produtores associados e não simplesmente a questão de como subverter os direitos de propriedades estabelecidos” (MÉZAROS, 2004 *apud* NOVAIS, 2013).

A autogestão global do processo de trabalho e produção será atingida pelos trabalhadores quando eles tiverem sob seu controle o poder de decisão sobre a forma de reprodução da vida social,

tornando-se a classe dirigente da sociedade, onde para conquistar tal posição, é preciso realizar um movimento duplo de disputa da estrutura, através principalmente da mudança da relação trabalho, mas também da superestrutura, através da disputa do estado e das instituições que o dão suporte. Ao mesmo tempo que atua na sociedade civil para realizar a revolução social e construção da hegemonia do modo de produção, realiza também a disputa política do poder do estado, para implementar um projeto que impulse e auxilie a mudança da estrutura social e assim revolucione a superestrutura. Um movimento retroalimenta o outro, na medida que se avança na correlação de forças dentro da sociedade civil, esse avanço tem que ser expresso politicamente na forma de ocupação dos espaços de poder para aprovar políticas que contribuam ainda mais para o avanço na construção da hegemonia social.

Essa perspectiva é trazida por Mollo (2015) ao considerar que é preciso aproveitar as mudanças ocorridas com a evolução da economia ou na correlação de forças da sociedade para tomar decisões políticas que possam transformar de fato a realidade, ou seja, é preciso perceber as oportunidades de mudança para agir de forma consciente, orientando a ação do Estado para dar suporte à transformação da sociedade. Para isso é necessário criar mecanismos para ouvir a vontade coletiva, onde ela se imponha aos anseios individuais, construindo uma sociedade de fato democrática.

Crescimento e desenvolvimento econômico, o aumento do emprego e da renda do trabalhador, bem como sua melhora na relação capital-trabalho e auto-organização social é apenas o início da construção dessa nova sociedade, porém é preciso avançar mais. Segundo Mollo (2015), é necessário criar canais de escuta para além do mercado, onde se possa tomar decisões junto com toda a sociedade, inclusive nas escolhas do que produzir. É preciso também igualdade de renda e de consumo, onde todos tenham acesso aos mesmos bens e serviço, isso inclui acesso à educação, acesso à saúde, cultura, lazer, seguridade social, etc, para que os interesses pessoais se tornem interesse comum. E por fim, é necessário desenvolver e estimular a produção cooperada, para acabar com a submissão do trabalhador em relação ao capital, disseminar a lógica cooperada e treinar o trabalhador para autogestão da sociedade.

Podemos tomar o exemplo da Economia Solidária da Macaronésia, exposta por Amaro (2009), experiência que teve início no final dos anos 80, na Região Autónoma dos Açores, em Portugal, por três grupos particulares: 1 - As famílias pobres de pescadores; 2 - Pessoas com deficiência; e



3 - Os repatriados dos EUA e Canadá que foram expulsos por cometerem crimes graves. Com o objetivo de lutar contra a pobreza e exclusão social, a partir de fundos comunitários, foi realizada formação e capacitação profissional a esses indivíduos e a criação de atividades econômicas para poderem gerar renda. Ao longo de 15 anos essa experiência se alargou ao ponto de se espalhar por outras regiões de Portugal, como também na Espanha e Cabo Verde, se transformando em uma estrutura federativa que em 2009 era composta por 24 organizações associadas.

Os empreendimentos da Economia Solidária da Macaronésia buscam atuar de forma sistêmica, alterando toda a estrutura econômica e social, levando em consideração o ambiente interno e externo, baseado em 8 (oito) pilares: Econômico, Social, Cultural, Ambiental, Territorial, Gestão, Conhecimento e Político. A experiência da Macaronésia mostra que é possível criar um ambiente solidário, autônomo, de inclusão e que faça o enfrentamento político, onde o objetivo é criar as condições necessárias para a mudança da estrutura e da superestrutura, exatamente como proposto neste trabalho. Amaro (2009, p. 22) conceitua a Economia Solidária segundo a experiência da Macaronésia Como:

A Economia que reencontra a Vida nas suas várias dimensões, promovendo uma lógica de solidariedade sistêmica com a Vida em todas as suas expressões (seres humanos, outros seres vivos e componentes abióticos) e tomando em consideração, de forma integrada, as perspectivas econômicas, sociais, culturais, ambientais, territoriais, científicas e políticas, em que ela se traduz.

A experiência da Macaronésia mostra que é possível criar a partir dos empreendimentos cooperados um movimento mais amplo, que supere as dimensões estritamente econômicas e social, mas que encare todos os desafios que surgem a partir das desigualdades geradas pela economia capitalista. Se procura resolver questões locais e da estrutura social, de falta de emprego, baixa qualificação, acesso a capital e geração de desenvolvimento regional, bem como a mudança da relação capital trabalho, como questões mais gerais, debatendo sobre a totalidade das questões da sociedade, questões de cunho ambiental e de sustentabilidade e a gestão da economia como um todo, como a “tomada da consciência da verdadeira natureza e amplitude dos problemas da pobreza e exclusão social”(AMARO, 2009, p. 19), além da “valorização importante do projeto político externo, ignorado ou pouco realçado nas outras duas versões” (AMARO, 2009, p.26)

Por fim, para economia solidária atingir seu potencial de transformação e treinamento dos trabalhadores para a autogestão global da produção, é preciso ser orientado por um projeto de transformação social, onde ela seja uma das frentes de luta contra o capitalismo e um dos elementos essenciais para a recomposição de um modelo de sociedade socialista (SCHIMDT, 2013). Só assim, alinhada com tal projeto, que permita e auxilie os empreendimentos autogestionados a emancipar economicamente a classe trabalhadora, dando-lhes condições financeiras, empoderando politicamente, e garantido acesso a mercados bem como infraestrutura logística e de produção, para que se desenvolva e seja o modo hegemônico de produção social, que a Economia Solidária poderá avançar em seus anseios e deixará de ser um projeto de mitigação das contradições do capitalismo, para ser um projeto alternativo ao modelo de produção dominante. Esse projeto político, que cria as condições necessárias para o desenvolvimento da Economia Solidária, é o Desenvolvimentismo-Marxismo.

## 4 EVOLUÇÃO DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS NO BRASIL

Neste capítulo iremos analisar a evolução das cooperativas em geral e das cooperativas agropecuárias em particular, no Brasil no período de 2003 a 2020, para identificar se é um movimento que vem crescendo ou perdendo força nesse período, bem como identificar o ambiente institucional e político do país nos momentos que mais favoreceu esses empreendimentos e nos momentos que mais encontraram dificuldades. O setor Agropecuário foi escolhido pois é um dos principais setores de atuação de cooperativas do país, além de que a estrutura produtiva do Brasil é agroexportadora, herança de uma formação econômica colonial, sendo este setor o foco das mudanças estruturais necessárias para a transformação social.

### 4.1 EVOLUÇÃO DAS COOPERATIVAS NO BRASIL (2003-2020)

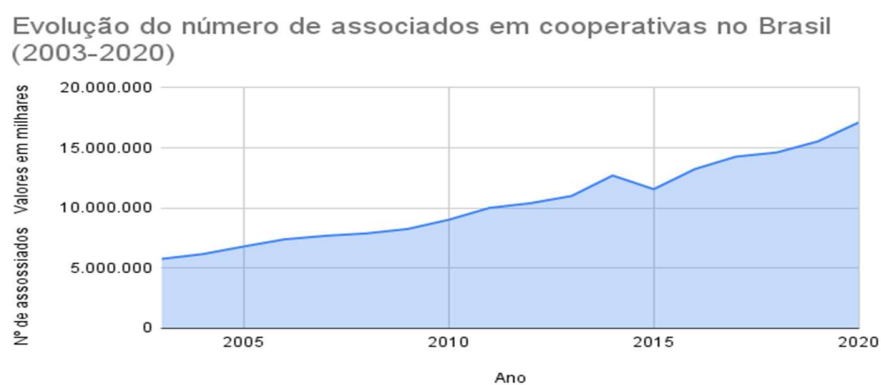
Em 2004 existiam 7.136 cooperativas registradas, divididas em 13 ramos de atividades distintas, que somavam juntas um 6.159.658 associados, além de empregarem um total de 195.100 funcionários. Já no ano de 2008, tinha registrado 7.682 cooperativas filiadas à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), um aumento de 7,65% em comparação a 2004, em relação ao número de associados, em 2008 estava registrado 7,89 milhões de associados, um aumento de cerca de 28%, no que diz respeito aos empregos diretos, foram empregados nos 13 ramos de cooperativas 254,56 mil pessoas, um aumento de 30,48%. No ano de 2012 observa-se uma estabilização do número de cooperativas registradas no Brasil, no número de 6.587, número 10,7% abaixo do registrado em 2008. E em relação ao número de associados, a quantidade chegou a 10,4 milhões no total dos treze segmentos, um aumento de 31,8% em relação a 2008 e 4% em relação a 2011, tendo empregado 304 mil pessoas, um aumento de 19,42% em comparação com 2008. No último ano de nosso estudo, 2020, observa-se uma queda brusca da quantidade de cooperativas no país, são registrados os menores números desde 2003, com 4.868 empreendimentos registrados na OCB em 2020, se comparado ao pico em 2008, quando tinha o maior número de cooperativas registradas, essa queda é de 36,63%. Em relação ao número de associados e empregados, os números seguem a tendência de alta, em 2020 esses números são de 17,12 milhões de associados, 122,7% a mais de 2008 e 455.095 empregados, alta de 81,35%.

Figura 1: Evolução do número de cooperativas no Brasil (2003-2020).



Fonte: Elaboração própria com dados da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)

Figura 2: Evolução do número de associados em cooperativas no Brasil (2003-2020).



Fonte: Fonte: Elaboração própria com dados da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)

Figura 3: Evolução do número de empregados em cooperativas no Brasil (2003-2020).



Fonte: Elaboração própria com dados da OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras)

Como podemos observar as cooperativas brasileira ganharam espaço na economia do país dentro de período que vai de 2003 a 2008, com um crescimento de 30,14% no número de cooperativas, aumento que teve reflexo no valor gerado pelo setor, onde Ninaut, Matos, Mafioletti (2009) ao analisar o faturamento desses empreendimentos no período que vai de 2002 a 2008 demonstram que “o faturamento das cooperativas brasileiras mostrou crescimento de 106,37% no intervalo estudado, passando de US\$ 18,28 bilhões em 2002 para US\$ 37,73 bilhões no ano de 2008. Considerando-se os dois últimos períodos (2007 e 2008), a evolução foi de 17,6%”, desempenho superior ao do PIB brasileiro que cresceu cerca 31,8% no período de 2002 a 2008 e 5,09% de 2007 para 2008.

#### 4.2 EVOLUÇÃO DAS COOPERATIVAS AGROPECUÁRIAS NO BRASIL (2003-2020)

No que se refere às cooperativas agrícolas, em 2004 elas representavam 19,6% do total das cooperativas no Brasil, com 1.398 estabelecimentos, seus 865.173 associados representavam 14,05% do número geral de associados nos 13 segmentos, e empregam 60% da mão de obra direta, com 116.919 funcionários. No que diz respeito às exportações, houve um aumento de 53% em comparação com 2003, com o valor de 2,002 bilhões de dólares, sendo a soja e seus derivados o item com maior peso, de 42%. No ano de 2008 o setor agrícola já registrava 1.611 empreendimentos cooperados, um aumento de 15,24% em comparação com 2004, chegando a

968,77 mil associados e 134.579 empregados, um aumento de 13,13% e 15,10% respectivamente. Já referente às exportações das cooperativas, seus valores mais que dobraram, chegando a 4,011 bilhões de dólares, mesmo com a valorização do real no período, dificultando a venda no exterior. As cooperativas agrícolas em 2012 somavam a quantidade de 1.528, número abaixo do registrado em 2008 em 5,15%, chegando a 966 mil associados, uma redução de 0,3% em comparação a igual período, apenas o número de empregados que teve variação positiva, aumentando 21,86% e chegando a 164.000 mil funcionários. Números que refletem a crise global que aconteceu no período, onde derrubou o PIB brasileiro no ano de 2009, com queda de 0,13%, entretanto, à época 50% dos produtos agropecuários passavam pelas cooperativas de alguma maneira, valor maior que registrado em 2009, mostrando certa resiliência mesmo em tempos de crise. Segundo a OCB, a estabilização dos números de cooperativas ou até mesmo a redução, como é o caso das cooperativas agrícolas, pode ter sido dado por fusões ou incorporações para aumentar sua escala e força de mercado. É preciso destacar que entre os anos de 2008 a 2010 foram os anos que mais houve aplicação de recursos via Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (PRODECOOP) às cooperativas agropecuárias, cerca de R\$ 2,5 bilhões. Nos dois últimos anos de nosso estudo, observamos que as cooperativas agropecuárias também chegam ao seu menor número de empreendimentos em todo período analisado, chegando ao patamar de 1.223 empreendimentos cooperados em 2019 e 1.173 em 2020, com redução de 24,08% e 27,19% em comparação ao ano de 2008 respectivamente, entretanto o número de associados e empregados aumentaram, chegando a 992.111 associados em 2019, alta de 2,4% e em 2020 é número chegou a 1.001.362, alta de 3,4%, tendo uma alta mais significativa, o número de empregados chegar em 2019 a 207.201 e em 2020 ao patamar de 223.477, altas de 54% e 66% respectivamente em comparação com 2008.

Figura 4: Evolução do número de cooperativas agrícolas no Brasil (2003-2020)



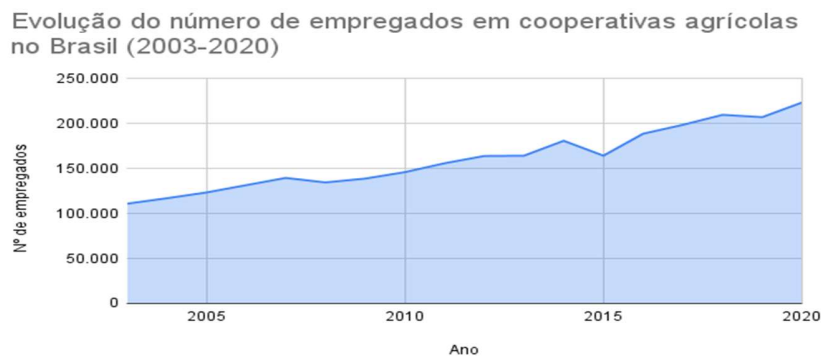
Fonte: Elaboração própria com dados da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)

Figura 5: Evolução do número de associados em cooperativas agrícolas no Brasil (2003-2020)



Fonte: Elaboração própria com dados da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)

Figura 6: Evolução do número de empregados diretos das cooperativas agrícolas no Brasil (2003-2020).



Fonte: Elaboração própria com dados da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB)

#### 4.3 COOPERATIVISMO POPULAR VS COOPERATIVISMO TRADICIONAL

Percebe-se uma mudança qualitativa no perfil das cooperativas agrícolas nos últimos anos do estudo, sendo maiores, mais concentradas e com aumento relativo do número de empregados em relação aos cooperados, sendo então necessário fazer distinção entre cooperativas populares das cooperativas tradicionais. Apesar de não existir uma legislação que defina a diferença entre esses dois tipos de empreendimentos cooperados, ao resgatar o conceito de economia solidária, que é a gestão dos empreendimentos pelos seus trabalhadores e propriedade coletiva dos meios de produção, podemos traçar uma fronteira que separa as cooperativas populares das tradicionais. As cooperativas populares praticam a autogestão, pois a tomada de decisão é feita por seus trabalhadores, os quais são os proprietários dos empreendimentos. Enquanto as cooperativas tradicionais têm uma base de trabalhadores assalariados, sem participação nos empreendimentos, praticando a heterogestão. Ou seja, apenas as cooperativas populares seguem os princípios da Economia Solidária, foco do nosso estudo.

Podemos definir a autogestão, que é a forma de gestão realizada nas cooperativas populares, como a negação da divisão entre comandantes e comandados, ou entre o trabalho intelectual e manual, sendo baseado nos pilares de gestão democrática e a apropriação coletiva do dos



rendimentos do trabalho realizado. Portanto as cooperativas populares são organizações autogestionárias de grupos populares onde as propriedades dos meios de produção são coletivas e integram três dimensões - econômica, social e política. O cooperativismo popular atua como instrumento de negar a ordem liberal e servir como alternativa aos efeitos causados pelo capitalismo globalizado.

A heterogestão, que é a forma que as cooperativas tradicionais exercem sua gestão, é caracterizada pela organização burocrática do trabalho, baseado em cadeias de comando e criando hierarquias, sendo o modelo hegemônico da organização capitalista. O cooperativismo tradicional, ou empresarial agrícola, tem sua origem na segunda metade do século passado, organizado por grandes proprietários de terra e/ou por grupos colonos (Japoneses, Italianos e Alemães), ligados principalmente aos setores de açúcar, café, trigo, hortigranjeiro e soja. Seu objetivo é longe se ser a mudança do modo de produção ou do padrão de acumulação brasileiro, mas pelo contrário, se liga ao grande capital preponderantemente transnacional e ao padrão de acumulação vigente. Este empreendimento passa então a atuar como sindicato do "*neo campesinato*" e da burguesia rural, sendo o canal político frente ao Estado e à agroindústria.

Ao se reunir em cooperativas empresariais agrícolas, a burguesia rural, além de ganhar na economia de escala, obtém maior poder de barganha no movimento geral de acumulação. Os argumentos utilizados por seus membros para defender a manutenção desses empreendimentos são sua eficiência econômica e social, e defender a economia da estatização e das multinacionais.

Ao observar o aumento relativo do número de empregados em relação ao número de associados nas cooperativas agrícolas filiadas à OCB nos últimos anos analisado nesse trabalho, há indícios de que a prática de heterogestão, que é a gestão hierarquizada de diferentes ou desiguais, vem sendo praticada no interior desses empreendimentos, pois a base de empregados assalariados vem aumentando de forma proporcionalmente maior com ao número de associados, além de uma queda brusca no número de cooperativas registradas, sinal de concentração no setor. Esta prática que não condiz com os princípios da Economia Solidária e que é o modo hegemônico presente na sociedade capitalista. A OCB não distingue entre os seus filiados quais empreendimentos praticam a heterogestão e quais mantêm os princípios autogestão, justamente por não existir uma norma legislativa sobre o tema, fazendo com que sejam tratadas da mesma forma, inclusive no que diz as políticas públicas, ambos os empreendimentos, cooperativas populares e cooperativas

tradicionais, também recebem o mesmo tratamento. Sobre essa problemática Cançado e Vieira (2013) debatem a importância da distinção entre esses dois tipos de empreendimentos cooperados bem como o ajuste da legislação e métodos de incubação, para que cooperativas populares não sejam tratadas no mesmo patamar de direitos e deveres das cooperativas agropecuárias de grande porte.

Entretanto, ao analisar os dados da OCB podemos levantar a hipótese de que nos últimos anos do nosso estudo as cooperativas agrícolas populares que praticam os princípios da Economia Solidária vêm perdendo fôlego, dando espaço às cooperativas tradicionais com práticas de heterogestão, princípio do modo hegemônico de produção capitalista.

#### 4.4 AMBIENTE POLÍTICO-INSTITUCIONAL NO BRASIL (2003-2020)

O aumento expressivo das cooperativas no período que vai de 2003 a 2008, principalmente das agrícolas se deu, segundo Medeiros e Padilha (2014), a partir da reaproximação do cooperativismo com o estado, iniciado de forma tímida em 1998 com a criação do Programa de Revitalização das Cooperativas de Produção Agropecuária (RECOOP), abrindo linha de créditos especiais destinadas a reestruturar e capitalizar as cooperativas de produção agrícolas, com o objetivo de restabelecer o equilíbrio financeiro das cooperativas e forçar a profissionalização de sua administração, entretanto o programa era de pouca abrangência e contava apenas com 172 cooperativas beneficiadas. Essa aproximação iniciado em 1998 se intensifica em 2003 com a mudança do panorama político, onde é criado a Secretaria Nacional de Economia Solidária, que foi presidida por Paul Singer e era ligado ao Ministério do Trabalho e o lançamento do Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária (PRODECOOP). Tais mudanças tinham como objetivo incrementar a competitividade do complexo agroindustrial das cooperativas brasileiras, por meio da modernização dos sistemas produtivos e de comercialização. Segundo Medeiros e Padilha (2014), foram aplicados 5,1 bilhões de reais entre 2003 e 2011 via PRODECOOP. Com esse e outros programas de crédito rural, pode-se observar que “a tomada de crédito pelas cooperativas, em percentual do total, cresceu significativamente. Em 2000, apenas 4,1% do crédito era destinado às cooperativas, já em 2010 este valor foi 13,8%” (MEDEIROS; PADILHA, 2014, p.193).

Pode-se notar também que nesse período de forte expansão das cooperativas agrícolas impulsionadas pela política de crédito ao setor, outros fatores macroeconômicos também contribuíram para o sucesso dos empreendimentos. Houve nitidamente uma mudança da orientação do projeto econômico, de um projeto liberal, de dependência associada com forte exposição externa, para um projeto Social-Desenvolvimentistas, com fortalecimento do mercado interno, aumento do crédito ao consumidor, fortalecimento do salário mínimo com ganho real, adoção de programas de transferência de renda direta, criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e avanço do estado na gestão dos setores estratégicos da economia, como petróleo e energia elétrica, políticas que focam na diminuição da dependência externa, fortalecimento das cadeias produtivas do país e redistribuição de renda. Gerando um ambiente econômico propício para surgimento de novos empreendimentos econômicos e desenvolvimento econômico do país com inclusão social. Entretanto como já dito anteriormente, o projeto Social-Desenvolvimentista constrói um modelo híbrido de desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo que busca criar uma nova forma de gerir a economia, não rompe com o modelo hegemônico de reprodução capitalista e as velhas estruturas de poder, prova disso é que esse período também beneficiou o chamado bloco do poder, formado pelo capital financeiro (interno e externo), o capital agroexportador e os industriais nacionais (ligados à construção civil e commodities intensivos em capital), que pode ser observado pela manutenção do tripé macroeconômico elaborado no Governo anterior, que é baseado no controle da inflação pela elevação da taxa básica de juros e superávit fiscal, além da política dos campeões nacionais, que ofertava através do BNDES empréstimos subsidiados para as empresas brasileiras mais eficientes e melhor colocados no cenário nacional e internacional, como forma de incentivar seus investimentos, com o objetivo de construir grandes empresas líderes em diferentes setores. Essa política possibilitou a esses setores grandes ganhos no período e sua manutenção no poder.

O pós-crise de 2008 mostrou um desgaste das políticas desenvolvidas dos anos anteriores, do crescimento baseado no consumo e expansão do mercado interno impulsionado pelo crédito. Com o esfriamento dos mercados dos países centrais, o mercado brasileiro passou a ser o foco da disputa global das empresas multinacionais para escoar seus produtos, com um grau de competitividade mais elevado do que os produtos brasileiros, fazendo com que os benefícios da política de redistribuição de renda e crédito seja transbordado para o exterior. Sobre isso, Teixeira e Pinto (2012, p. 938) escrevem:

A conjuntura econômica após a crise também mostrou os limites do modelo de crescimento que associa redistribuição de renda e consumo de massas com ortodoxia da política econômica, a qual perdeu no governo Lula. O resultado dessa combinação foi a expansão do consumo, mas com forte vazamento da demanda para o exterior, com claros limites quanto à sua sustentabilidade ou, ao menos, quanto às taxas de crescimento que dele se pode usufruir, seja pela especialização regressiva das exportações, seja pela desagregação das cadeias produtivas domésticas e a consequente redução dos efeitos multiplicadores das políticas redistributivas que expandem a demanda. Com o aumento da concorrência oferecida pela China, ávida por novos mercados em que possa desovar seus produtos manufaturados diante da crise nos EUA e Europa, está claro que, além de políticas de demanda, será necessário também ter políticas para ampliar os investimentos aumentar a competitividade e inovar o setor produtivo brasileiro.

Junta-se a isso o rompimento do setor financeiro com o Governo, por ter diminuído seu poder relativo dentro do bloco do poder dominante. Logo a crise econômica se tornou uma crise institucional-política, agravada pela operação lava-jato que teve início em 2014, travando as pautas do governo no congresso, paralisando atividades econômicas em vários setores e derrubando o PIB brasileiro em 2015 (-3,55%) e 2016 (-3,31%), que culminou no golpe parlamentar em 2016 e um revés no panorama político brasileiro.

O ambiente político-institucional após o golpe parlamentar de 2016 foi marcado pelo retorno da política neoliberal no país, onde um dos objetivos era o controle fiscal do estado, diminuindo sua presença na economia. Uma das medidas para atingir tal objetivo foi a Emenda Constitucional 95, mais conhecida como teto de gastos, que congela a despesa do Governo por 20 (vinte) anos, estrangulando o Estado, limitando seu papel indutor na economia. Foi feita também uma reforma trabalhista, que retira direitos e benefícios do trabalhador e diminui a renda média da população, gerando enorme concentração de renda, deteriorando as condições de vida da população e acabando com o mercado interno. Em 2019 o Ministério do Trabalho foi extinto, e junto com ele a Secretaria Nacional de Economia Solidária, não existindo mais políticas voltadas para esse setor. O Estado vem se retirando na condução da economia, entregando a condução dos setores estratégicos como, petróleo e energia elétrica, ao capital privado, principalmente estrangeiro. O país passou a viver sob a hegemonia do capital financeiro (externo e interno), junto com o capital agrário-exportador, até os industriais nacionais (ligados à construção civil e *commodities* intensivas em capital) foram limados do bloco do poder. Essa nova realidade dificulta o surgimento de novos empreendimentos cooperados, principalmente aqueles que praticam os princípios da Economia Solidária, e faz com que os existentes necessitem realizar processos de

fusão para poder sobreviver, além de reproduzir práticas de empresas capitalistas para se manter competitivo no mercado. Pois ao limitar os gastos do governo sua capacidade de financiar empreendimentos populares é diminuída, além do que é nítido o alinhamento da nova gestão com o agronegócio, extinguindo as políticas destinadas ao fomento dos pequenos produtores e destinando os poucos recursos existentes ao fortalecimento do modelo agro-exportador. Contribui a esse processo a degradação das condições econômicas internas, com alto índice de desemprego com aumento da informalidade e enfraquecimento do mercado interno. É o retorno do país a inserção internacional por via na especialização produtiva em produtos primários para exportação, com forte dependência externa.

## 5 CONCLUSÃO

A expansão do capitalismo e sua hegemonia se dá partir da direção dos países centrais, onde para que pudessem se especializar na produção de produtos manufaturados com maior valor agregado, subjugar e determinaram a estrutura econômica dos países periféricos às suas necessidades, que eram *commodities* produzidos em larga escala, dando origem a divisão internacional do trabalho. Essa divisão produz um efeito chamado de trocas desiguais, que gera uma transferência de valor constante dos países periféricos para os países centrais, criando uma relação de dependência e condicionam a estrutura econômica dos países periféricos a sua condição de “subdesenvolvido”. Dentre esses chamados países periféricos que se encontra o Brasil, com sua estrutura econômica agroexportadora baseada na superexploração do trabalho.

A partir desse entendimento surge o Desenvolvimentismo, teoria econômica que tem como foco o estudo das estruturas econômicas dos países periféricos para o seu desenvolvimento e das suas forças produtivas. Entretanto existem diferenças de pensamentos dentro dessa corrente, podendo ser divididas entre o bloco que busca o desenvolvimento dos países periféricos espelhados no modelo de desenvolvimento dos países centrais e outros propondo um modelo alternativo de desenvolvimento, mas ambos buscam o desenvolvimento dentro do modo de reprodução capitalista. Entretanto existe mais uma linha de pensamento dentro dessa corrente, que é o Desenvolvimentismo Marxista, que diferente das demais que buscam reformar o capitalismo, para essa vertente do pensamento Desenvolvimentistas o objetivo é preparar as estruturas sociais e econômicas dos países periféricos para superação do capitalismo em uma sociedade que não tenha como base a exploração do trabalho social. Para isso é necessário que seja incorporado a essa proposta formas de impulsionar o trabalho cooperado, que será a base da estrutura econômica de uma sociedade transformada.

O trabalho cooperado encontra-se dentro do arcabouço teórico da Economia Solidária, que são empreendimentos autogestionados por seus trabalhadores em que os valores gerados de sua produção são repartidos entre todos os envolvidos no processo de trabalho, não havendo apropriação privada do trabalho social. Esse modelo de empreendimentos se coloca como alternativa ao modelo da empresa capitalista, gerando melhor distribuição de renda e melhor

alocação de recursos para responder aos gargalos econômicos e sociais existentes no Brasil e demais países periféricos.

São 3 (três) as principais vertentes entre os autores que trabalham com o tema da Economia Solidária, aqueles que acreditam em uma economia plural, que cabe tanto às empresas capitalistas como aos empreendimentos da economia solidária, cada um cumprindo seu papel dentro da sociedade. A aqueles que acreditam que os empreendimentos solidários através da disputa do mercado iram se tornar a forma hegemônica das relações econômicas por gerarem benefícios maiores para a sociedade. E tem o pensamento da Economia Solidária nas bases Marxistas, que defende que para que a forma hegemônica das relações econômicas seja baseada em empreendimentos autogestionados é preciso fazer a disputa tanto da sociedade civil e dos mercados impulsionando cada vez mais empreendimentos do tipo, como também é necessário fazer a disputa do estado com um projeto político que vise a transformação da sociedade e crie as condições políticas-institucionais para o desenvolvimento de tais empreendimentos.

Ao analisar a situação das cooperativas nas últimas duas décadas no Brasil, podemos constatar que o período que mais se observou o crescimento do número desses empreendimentos, bem como do número de seus associados e de valor gerado, foi no período que tínhamos uma política Social-Desenvolvimentista no Governo, orientado pela visão de Economia Solidária de Paul Singer. Ou seja, um governo que buscava desenvolver o país e suas estrutura econômica e social através de um modelo alternativo aos países centrais, porém sem romper com o capitalismo, em uma perspectiva reformista, orientado por uma visão de Economia Solidária que acredita ser capaz de concorrer com as empresas capitalista e tomar a hegemonia do modo de produção dentro do próprio sistema capitalista. Esse movimento obteve êxito durante alguns anos, entretanto depois da crise de 2008 observa-se uma perda de fôlego de seu crescimento. Com a escassez de recursos gerada pela crise, a disputa por capital se acirra a nível global fazendo que os grandes conglomerados econômicos avancem em cima do Estado e da população, para garantir sua fatia dos recursos ainda existentes, culminando em um golpe parlamentar em 2016.

Depois desse ano houve uma desestruturação das políticas feitas nos anos anteriores, levando o país ao alinhamento automático às empresas dos países centrais, destruindo nossa estrutura econômica e intensificando a relação de dependência. Hoje não existe mais à própria sorte, perdendo cada vez mais espaço na economia do país.

Essa experiência colabora para confirmação das hipóteses levantadas nesse trabalho, que para que a Economia Solidária se coloque como base para uma sociedade transformada, é preciso está ligada a um projeto político que tenha como objetivo a transformação da sociedade capitalista, não meramente sua reforma, pois não é possível competir de forma isolado com as grandes empresas capitalistas, é preciso fazer um movimento articulado, disputando a sociedade civil e o aparato político institucional, para criar as condições necessárias de seu desenvolvimento como movimento social e econômico que dê sustentação política a um projeto de governo transformador, que segundo nossa hipótese é o Desenvolvimentismo Marxista.



## REFERÊNCIAS

- ABREU, Marcelo de Paiva. **A ordem do progresso: dois séculos de políticas econômicas no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- ALMEIDA FILHO, Niemeyer. Desenvolvimentismo transformador. **Revista Brasileira de Economia Política**, Rio de Janeiro. 2018.
- AMARO, Rogério Roque. A economia solidária da Macaronésia: um novo conceito. **Revista Economia Solidária**, 2019.
- ARAGÃO, Gilton Alves. O cooperativismo como base econômica para uma sociedade transformadora. **Bahia e Análise de Dados**, Salvador, v. 23, n. 1, p. 9-22, 2013.
- BASTOS, Pedro, Paulo Zahluth. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas. 2012.
- BELISÁRIO, Ramon Gamoeda; NINAUT, Evandro Scheid; PRADO, Gustavo Rodrigues; MARTINS, Flavia de Andrade Zerbinato. A agropecuária no contexto do cooperativismo, história e compromisso de desenvolvimento. **Revista de política Agrícola**, v. 14, n. 2, abr./maio/jun. 2005.
- BENINI, E. G.; BENINI, E.A. **A economia solidária nos prismas marxistas: revolução ou mitigação**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.
- CANÇADO, Antônio Cardoso. **Autogestão em cooperativas populares: os desafios da prática**. Salvador: IES - Instituto de Economia Solidária, 2007.
- CANÇADO, Antônio Cardoso; VIEIRA, Naldeir dos Santos. Para apreensão de um conceito de cooperativa popular: entendendo e discutindo as diferenças entre cooperativas tradicionais e populares. **Bahia e Análise de Dados**, Salvador, v. 23, n. 1, p. 9-22, 2013.
- CHANG, Ha-Joon. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- CORADINI, Odacir Luiz. **Agricultura, cooperativas e multinacionais**. Rio de Janeiro: ZAHAR Editores, 1982.
- ECOSOL - DF. **Empreendimento Solidários**. Disponível em: <https://www.google.com/search?q=ecosol&oq=ecosol+&aqs=chrome..69i57j0i512l2j46i175i199i512j0i512j46i175i199i512j69i60l2.5904j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8> . Acesso em: 22 maio 2022.
- FILGUEIRAS, L. **A natureza do atual padrão de desenvolvimento brasileiro e seu processo**

**de desindustrialização.** Rio de Janeiro: Programa de Pós Graduação; Centro Celso Furtado; BNB, 2012.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de. A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional. **Revista Sociedade & Estado**, Brasília. 2001.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; LAVILLE, Jean-Louis; MEDEIROS, Alzira; MAGNEN, Jean-Phillippe. **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

FURTADO, C. **Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar.** São Paulo: Editora Nacional, 1980.

GAZETA DO POVO. **PIB do Brasil, histórico e evolução em gráficos.** Disponível em: <https://infograficos.gazetadopovo.com.br/economia/pib-do-brasil/>. Acesso em: 05 jun. 2022.

HIRSCHMAN, A. O. **A economia como ciência moral e política.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. **Revista Latinoamericana de ciencias sociales**, Santiago. 1973.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: o processo de produção do capital.** Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. Livro I.

MEDEIROS, Marlon Clóvis; PADILHA, Willian. Os ciclos de desenvolvimento do cooperativismo agropecuário e crédito rural no sudoeste do Paraná. **Geosul**, Florianópolis, v. 29, n. 58, p 185-204, jul./dez. 2014.

MOLLO, M, R, L; FONSECA, P, C, D. Desenvolvimentismo e novo-desenvolvimentismo: raízes teóricas e precisões conceituais. **Revista de Economia Política**, Rio de Janeiro, 2013.

MOLLO, M, R, L. O debate desenvolvimentista: reflexões sobre alternativas desenvolvimentistas marxistas. **Revista de Economia Política**, Rio de Janeiro. 2015.

NINAUT, Evandro Scheid; MATOS, Marcos Antônio; MAFIOLETTI, Robson. Panorama do cooperativismo contemporâneo. **Revista de política Agrícola**, v. 18, n. 4, out./nov./dez. 2009.

NOVAIS, Henrique T. **Qual autogestão?** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. **Anuário do cooperativismo brasileiro.** Brasília-DF: [S.n.], 2004.

\_\_\_\_\_. **Anuário do cooperativismo brasileiro.** Brasília-DF: [S.n.], 2005.

- \_\_\_\_\_. **Anuário do cooperativismo brasileiro.** Brasília-DF: [S.n.], 2006.
- \_\_\_\_\_. **Anuário do cooperativismo brasileiro.** Brasília-DF: [S.n.], 2007.
- \_\_\_\_\_. **Anuário do cooperativismo brasileiro.** Brasília-DF: [S.n.], 2008.
- \_\_\_\_\_. **Anuário do cooperativismo brasileiro.** Brasília-DF: [S.n.], 2009.
- \_\_\_\_\_. **Anuário do cooperativismo brasileiro.** Brasília-DF: [S.n.], 2010.
- \_\_\_\_\_. **Anuário do cooperativismo brasileiro.** Brasília-DF: [S.n.], 2011.
- \_\_\_\_\_. **Anuário do cooperativismo brasileiro.** Brasília-DF: [S.n.], 2012.
- \_\_\_\_\_. **Anuário do cooperativismo brasileiro.** Brasília-DF: [S.n.], 2013.
- \_\_\_\_\_. **Anuário do cooperativismo brasileiro.** Brasília-DF: [S.n.], 2014.
- \_\_\_\_\_. **Anuário do cooperativismo brasileiro.** Brasília-DF: [S.n.], 2015.
- \_\_\_\_\_. **Anuário do cooperativismo brasileiro.** Brasília-DF: [S.n.], 2016.
- \_\_\_\_\_. **Anuário do cooperativismo brasileiro.** Brasília-DF: [S.n.], 2017.
- \_\_\_\_\_. **Anuário do cooperativismo brasileiro.** Brasília-DF: [S.n.], 2018.
- \_\_\_\_\_. **Anuário do cooperativismo brasileiro.** Brasília-DF: [S.n.], 2019.
- \_\_\_\_\_. **Anuário do cooperativismo brasileiro.** Brasília-DF: [S.n.], 2020
- \_\_\_\_\_. **Anuário do cooperativismo brasileiro.** Brasília-DF: [S.n.], 2021.

OSORIO, Jaime. **Padrão de reprodução do capital.** São Paulo: Editora Boitempo, 2012.

PADILHA, Willian; ESPÍDOLA, Carlos José. O BNDES e o cooperativismo agropecuário brasileiro depois de 200. **Revista de política Agrícola**, v. 29, n. 102, abr./maio/jun. 2020.

RAPOSO, Bruna Ferraz. **Padrão de reprodução do capital no capitalismo dependente e financeirizado.** Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2018

SCHMIDT, C. **A economia solidária**: panaceia do capitalismo pós-moderno ou um caminho para o socialismo. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.

SINGER, Paul. **Introdução a economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, Paul. **Uma utopia militante**. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

SISTEMA OCB/MS. **OCB divulga panorama das cooperativas brasileiras em 2012**. Disponível em: <http://ocbms.org.br/noticia/ocb-divulga-panorama-do-cooperativismo-brasileiro-em-2012/2919/> . Acessado em: 05 de junho de 2022.

TEIXEIRA, Rodrigo Alves; PINTO, Eduardo Costa. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, n. 3/ 46, p. 909-941, dez./ 2012.

WELLEN, H. A.R. **Para a crítica da “economia solidária”**. 2009. 316 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Programa de Pós-graduação em Serviço Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.